

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.642 - SP (2019/0106869-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ELEKTRO REDES S.A
ADVOGADOS : ALDO DE PAULA JUNIOR - SP174480
RICARDO AZEVEDO SETTE - SP138486
MAÍRA KONRAD DE BRITO - DF035311
JANAINA CRISTINA OLIVEIRA LOPES SAMOGIM - SP262079
GUILHERME BUZUTTI VIEIRA E OUTRO(S) - SP328738
SARA CRISLAINE SOARES GUIMARÃES E OUTRO(S) - DF061040
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE ITARARÉ
PROCURADOR : DAVID GILBERTO MORENO JÚNIOR E OUTRO(S) - SP301503

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. LEI MUNICIPAL QUE ATRIBUI, À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, RESPONSABILIDADE PELO FATURAMENTO E RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. ACÓRDÃO QUE JULGA VÁLIDA LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO DA MATÉRIA, NO MÉRITO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ART. 102, III, D, DA CF/88. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de mandado de segurança, impetrado por Elektro Redes S/A, a fim de afastar a Lei 3.671/2015, do Município de Itararé/SP, que atribuiu, à concessionária de energia elétrica, responsabilidade pelo faturamento e recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP. O Tribunal de Justiça negou provimento à Apelação, para manter a sentença, que denegara a ordem.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse

Superior Tribunal de Justiça

sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008; REsp 1.672.822/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017; REsp 1.669.867/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017.

V. A controvérsia relativa à validade de lei local, contestada em face de lei federal, tem natureza eminentemente constitucional, nos termos do art. 102, III, **d**, da CF/88, o que torna inviável a análise da questão, no mérito, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes do STJ (REsp 1.813.877/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/10/2019; REsp 1.806.814/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

VI. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora